

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Alimentação escolar como política territorial: o protagonismo invisibilizado das merendeiras no PNAE

Amanda Caroline de Jesus Costa, Carla Galdani

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15790>

Submetido em: 2026-04-08

Postado em: 2026-05-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO POLÍTICA TERRITORIAL: O PROTAGONISMO INVISIBILIZADO DAS MERENDEIRAS NO PNAE

AMANDA CAROLINE DE JESUS COSTA<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2388-4439>  
<[amandacjc99@gmail.com](mailto:amandacjc99@gmail.com)>

CARLA GUALDANI<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8786-1716>  
<[carlotageografa@gmail.com](mailto:carlotageografa@gmail.com)>

<sup>1</sup> Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

**RESUMO:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui-se como uma política pública fundamental para a garantia do direito à alimentação adequada e para o fortalecimento de práticas educativas no contexto escolar. Este artigo analisa o PNAE a partir de uma perspectiva territorial, problematizando o protagonismo das merendeiras, frequentemente invisibilizado no âmbito institucional e acadêmico. Parte-se da hipótese de que, embora sejam agentes centrais na execução do programa, essas trabalhadoras são secundarizadas no marco legal, especialmente em um contexto de reconfiguração das políticas públicas sob a lógica neoliberal. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e entrevistas semi estruturadas e realizadas em duas escolas do Distrito Federal. Os resultados evidenciam que, além da predominância de mulheres, o que revela a dimensão de gênero associada ao trabalho de cuidado e alimentação, há baixa participação masculina nessas funções, reforçando a divisão sexual do trabalho. Apesar de se perceberem valorizadas no cotidiano escolar, as merendeiras permanecem pouco reconhecidas nos processos decisórios e nas normativas do programa, sendo frequentemente reduzidas à função técnica de “manipuladoras de alimentos”. Além disso, identificaram-se desigualdades na participação dessas profissionais nas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o que fragiliza o caráter intersetorial e educativo da política. Conclui-se que o reconhecimento do papel das merendeiras é essencial para a consolidação do PNAE como política territorial, ampliando sua dimensão social, educativa e política.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Alimentação Escolar, Merendeiras, Educação, Políticas Públicas, Geografia da Alimentação.

### SCHOOL FEEDING AS A TERRITORIAL POLICY: THE INVISIBILIZED ROLE OF SCHOOL COOKS IN THE PNAE

**ABSTRACT:** The Brazilian National School Feeding Program (PNAE) constitutes a fundamental public policy for ensuring the right to adequate food and for strengthening educational practices within the school context. This article analyzes the PNAE from a territorial perspective, problematizing the role of school cooks, which is often rendered invisible in institutional and academic contexts. It is based on the hypothesis that, although these workers are central agents in the implementation of the program,

they are marginalized within the legal framework, particularly in a context of public policy reconfiguration under neoliberal logic. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, based on document analysis and semi-structured interviews conducted in two schools in the Federal District. The results show that, in addition to the predominance of women, revealing the gender dimension associated with care and food-related work, there is low male participation in these roles, reinforcing the sexual division of labor. Although they perceive themselves as valued in the school daily life, school cooks remain underrecognized in decision-making processes and in the program's regulations, often being reduced to the technical role of "food handlers." Furthermore, inequalities were identified in the participation of these professionals in Food and Nutrition Education (FNE) activities, which weakens the intersectoral and educational nature of the policy. It is concluded that recognizing the role of school cooks is essential for consolidating the PNAE as a territorial policy, expanding its social, educational, and political dimensions.

**Keywords:** National School Feeding Program (PNAE), School Cooks, Education Public Policies, Geography of Food.

### **ALIMENTACIÓN ESCOLAR COMO POLÍTICA TERRITORIAL: EL PAPEL INVISIBILIZADO DE LAS MERENDERAS EN EL PNAE**

**RESUMEN:** El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) se constituye como una política pública fundamental para garantizar el derecho a una alimentación adecuada y fortalecer las prácticas educativas en el contexto escolar. Este artículo analiza el PNAE desde una perspectiva territorial, problematizando el papel de las merenderas, frecuentemente invisibilizado en los ámbitos institucional y académico. Se parte de la hipótesis de que, aunque estas trabajadoras son agentes centrales en la ejecución del programa, son relegadas en el marco legal, especialmente en un contexto de reconfiguración de las políticas públicas bajo la lógica neoliberal. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en el análisis documental y en entrevistas semiestructuradas realizadas en dos escuelas del Distrito Federal. Los resultados evidencian que, además de la predominancia de mujeres, lo que revela la dimensión de género asociada al trabajo de cuidado y alimentación, existe una baja participación masculina en estas funciones, lo que refuerza la división sexual del trabajo. A pesar de percibirse como valoradas en la vida cotidiana escolar, las merenderas permanecen poco reconocidas en los procesos de toma de decisiones y en las normativas del programa, siendo frecuentemente reducidas a la función técnica de "manipuladoras de alimentos". Además, se identificaron desigualdades en la participación de estas profesionales en las acciones de Educación Alimentaria y Nutricional (EAN), lo que debilita el carácter intersectorial y educativo de la política. Se concluye que el reconocimiento del papel de las merenderas es esencial para la consolidación del PNAE como política territorial, ampliando su dimensión social, educativa y política.

**Palabras clave:** Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), Merenderas, Educación, Políticas Públicas, Geografía de la Alimentación.

### **INTRODUÇÃO**

O papel da escola e dos profissionais de educação não se limita apenas ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, englobam também diversos aspectos sociais, emocionais e fisiológicos

dos adolescentes. Neste contexto, a alimentação torna-se interdisciplinar e requer a atuação de diversos atores do contexto escolar, sobretudo no contexto das políticas públicas.

A Lei Nº11.947 de 16 de julho de 2009 que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem como um dos principais sujeitos às merendeiras, que são as funcionárias da escola responsáveis pela preparação e distribuição da alimentação escolar, entretanto, o papel das mesmas no âmbito escolar não se limita somente a tais atividades. Estas por manterem um contato próximo e diário com os estudantes, exercem um papel fundamental na formação de hábitos alimentares saudáveis através de conhecimento práticos, bem como suas vivências próprias que contribuem para a formação dos escolares nas relações sociais (Melgaço; Matos-de-Souza, 2022).

Apesar do protagonismo e destaque no processo de produção das refeições, a extinção do cargo público de merendeira e os processos de terceirização demonstram a desvalorização da profissão, que passa a identificar as merendeiras nos contratos terceirizados das escolas como manipuladoras de alimentos, corroborando ainda mais para a diminuição da identidade do cargo, e reforçando seu estereótipo voltado para preparação dos alimentos, e higienização das áreas físicas (Melgaço; Matos-de-Souza, 2022).

Portanto, ainda que essas mulheres exerçam um papel relevante dentro do programa, sendo reconhecidas como fundamentais no processo de formação, não são representadas na lei nº 11.947/2009, marco legal do PNAE, que não aborda em nenhum artigo (art) específico acerca da atuação das merendeiras e dos manipuladores de alimentos, o que demonstra uma invisibilidade de sujeitos (Brasil, 2009).

Outro ponto a observar no papel das merendeiras é a ligação do trabalho culinário ao gênero, que por vezes se intersecta também com raça e classe, referindo-se a mulher como portadora e transmissora dos saberes relacionados à culinária, sendo historicamente enraizado o cozinhar como uma atribuição natural das mulheres, de modo que o cozinhar na escola é visto como uma extensão das atividades domésticas (Silva; Machado; Santos, 2019).

A análise evidencia que a invisibilização das merendeiras não é apenas institucional, mas estrutural, estando articulada às relações de gênero, raça e trabalho no contexto das políticas públicas.

De forma a contextualizar as diferentes realidades do contexto escolar e profissional e identificar possíveis distorções tanto (profissionais, quanto sociais) foram selecionadas duas escolas em duas regiões administrativas (RA) do Distrito Federal (DF) com características sociodemográficas divergentes, sendo uma na RA Sol Nascente/Pôr do Sol e outra na Região Administrativa do Plano Piloto.

Como hipóteses orientadoras tomou-se que as merendeiras, apesar de possuírem papel fundamental para correta execução do programa, encontram barreiras em seu processo de atuação, como a desvalorização da função, e questões de gênero que corroboram para a invisibilização e estereotipação da profissão.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho foi analisar e evidenciar o papel das merendeiras, bem como a problematização do papel das mesmas, no contexto do PNAE e do neoliberalismo.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo qualitativo de caráter descritivo. Foram utilizados dados primários descritivos obtidos através de entrevistas semiestruturadas, interpretadas a partir das correntes de pensamento da geografia humanista e do materialismo histórico dialético.

A pesquisa foi realizada em duas Instituições de ensino pertencentes a Secretaria de Educação do Distrito Federal, que atendem a crianças e adolescentes na etapa de ensino fundamental do 6º ao 9º ano, nas Regiões Administrativas do Plano Piloto e do Sol Nascente/Pôr do Sol.

As entrevistas e questionários sobre a alimentação escolar foram aplicados junto a funcionários que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão das instituições escolares.

Os critérios de inclusão e exclusão para a realização das entrevistas e questionários foram definidos segundo os seguintes parâmetros baseados no desempenho da função de merendeira, que concordassem em participar de forma voluntária das etapas da pesquisa durante o período de junho a julho de 2024, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, sendo excluídos questionários incompletos.

A primeira etapa consistiu na apresentação do projeto nas escolas, e explicação para os funcionários. Para a segunda etapa do projeto de pesquisa foi escolhida a entrevista semiestruturada realizada de forma presencial por meio de questionário impresso com todos os participantes, em decorrência da possibilidade de ampliação das narrativas e aproximação com os entrevistados.

Conforme salienta Oltmann (2016) alguns fatores devem ser levados em consideração na determinação do modo de entrevista mais adequado como a existência de horário e local adequado, segurança, confidencialidade e anonimato, bem como a garantia de privacidade, buscando ainda a adequação a grupos estigmatizados ou marginalizados, e/ou na abordagem de tópicos delicados ou controversos.

A análise dos dados se deu a partir da verificação dos questionários e subdivisão das perguntas abertas e fechadas. As falas contidas nas perguntas abertas foram transcritas, analisadas e posteriormente categorizadas, sendo avaliadas de forma descritiva.

Já as perguntas fechadas foram analisadas através de planilhas geradas no software Microsoft Excel versão 2019, realizando a análise estatística com uso de percentual, média e moda, das seguintes variáveis em relação às merendeiras: i) Perfil socioeconômico (Sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda salarial, raça/cor, local de moradia). ii) Características da profissão (Tempo de atuação, condições de trabalho, quantidade de merendeiras, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), valorização da profissão). iii) Aplicação do PNAE na visão das merendeiras (Conhecimento do programa, participação em atividades de Educação alimentar e nutricional (EAN), aceitação e adequação do cardápio, preparações mais e menos aceitas, classificação da merenda e escola como provedora de alimentação saudável).

O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, sob o nº CAAE:79406124.8.0000.5540, parecer nº 6.874.090 e pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito federal através do Memorando Nº 133/2024.

## DESENVOLVIMENTO

A questão da identidade e nomenclatura do cargo, segue sendo abordada na literatura contemporânea, abordando também a tentativa de diminuição da identidade como fator de desvalorização, no entanto em decorrência da identificação pela comunidade escolar consultada, e por outras pesquisas utilizadas como referência foi utilizado neste trabalho o termo "merendeiras", ademais o termo foi utilizado no feminino por ser composto majoritariamente por mulheres (Pinho e Martínez, 2016, Cardillo et al., 2021; Santos e Carneiro, 2023).

De acordo com a Resolução 216 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, entende-se por manipuladores de alimentos “qualquer pessoa do serviço de alimentação que entra em contato direto ou indireto com o alimento” (Ministério da Saúde, 2004).

Apesar das diversas atribuições exercidas no âmbito do PNAE, não há uma legislação específica que os regem, sendo assim podem haver variações a depender da entidade executora, tendo também alternâncias nas denominações para estes profissionais a depender do estado, distrito federal, e/ou município. No Distrito Federal os contratos na carteira de trabalho constam a nomenclatura do cargo como Cozinheira(o) (Brasil, 2014).

De acordo com o Manual da Alimentação Escolar do Distrito Federal (2010) fazem parte das atribuições dos manipuladores de alimentos, também conhecidas como merendeiras: i) Recebimento diário dos gêneros alimentícios pelo responsável técnico. ii) Distribuição da merenda

diária aos alunos. iii) Zelar pelas características organolépticas de cada produto. iv) Preparar corretamente os alimentos mantendo a organização, higienização, conservação e controle dos materiais. v) Receber ou recolher talheres e utensílios utilizados nas refeições, bem como realizar sua higienização e guarda nos locais destinados. vi) Zelar pela aparência e uso de uniforme limpo e completo. vii) Participar de treinamento voltados para a área de ocupação. viii) Realizar o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO e mantê-lo atualizado. ix) Comunicar à chefia qualquer intercorrência. x) Executar demais funções correlatas (Distrito Federal, 2010).

As merendeiras como atuantes no processo e na execução das políticas de alimentação escolar devem ser reconhecidas e valorizadas enquanto profissionais. Dessa forma, faz-se necessário identificar as percepções e compreensões dos mesmos acerca dos conceitos de alimentação escolar, e sua influência no processo educativo, assim como dar visibilidade e humanização para a causa (Cunha, 2021).

Foi observado nas escolas avaliadas que além das atribuições, as merendeiras acabam por exercer uma função social perante os alunos, até mesmo incentivando o consumo de alimentos mais saudáveis, e sendo receptoras das demandas dos alunos que por vezes transpõe a esfera alimentar.

No Governo do Distrito Federal (GDF) foi verificado que após o ano de 2005 não foram mais realizados concursos públicos para a área de merendeiras, o que novamente reitera a desvalorização do cargo, resultando na extinção do cargo público (Melgaço, 2021).

Pinho e Martínez (2016) atribuem a falta de ofertas de vagas de merendeiras nos concursos públicos como um indício de desvalorização do cargo, o mesmo se verifica na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) pois atualmente o cargo é gerido por empresas terceirizadas. Krein; Castro (2015) e Antunes; Druck (2013) salientam sobre a terceirização no setor público, dando indícios de que a terceirização gera não somente a precarização do trabalho, mas também dos trabalhadores em diversas atividades como a remuneração, os tipos de contrato, além de afetar a representação sindical e principalmente as condições de trabalho e saúde.

Após a aplicação das entrevistas semiestruturadas em ambas as escolas e verificação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra do estudo foi composta por 8 merendeiras, após a entrevista parte das falas foram transcritas *ipsis litteris* da entrevista original.

Observou-se que a totalidade de participantes pertence ao gênero feminino<sup>1</sup> 100% (n=8), de acordo com Fernandes, Fonseca e Silva (2014) é comumente observado que o cargo é predominantemente ocupado por indivíduos do sexo feminino, o que indica uma segmentação por gênero e reprodução de costumes e papéis sociais.

Esse estudo é corroborado por dados da Unidade de Infraestrutura e Apoio Educacional do Distrito Federal (UNIAE-DF) que apontam na regional Ceilândia um total de 365 merendeiras(os), divididos em 346 mulheres, e 10 homens, formando em percentuais 97,2% composto por mulheres e 2,80% por homens. Já na regional Plano Piloto há um total de 283 merendeiras(os), sendo 281 mulheres (99,3%) e 2 homens (0,7%). Já no que se refere ao total de colaboradores da SEEDF é 2581 merendeiras(os), sendo 2373 que representa 91,9% do sexo feminino e 208 do sexo masculino perfazendo 8,1% do total.

Kérgeat (1992) em sua obra pontua sobre a negligência no debate em termos de relações sociais (de sexo) e estabelece o conceito de divisão sexual do trabalho, na qual afirma a existência de construções sociais históricas que atrelam prioritariamente homens à esfera produtiva com forte valor social e mulheres à esfera reprodutiva e trabalhos domésticos, com menor reconhecimento social. Essa divisão social do trabalho gera dois princípios organizadores: o da separação e o da hierarquização que atribui trabalhos e “valores” diferentes a homens e mulheres.

O quantitativo de funcionários foi considerado suficiente por 100% das entrevistadas, sendo observada também a predominância de ocupação dos cargos por mulheres, nesse contexto, quando questionadas as entrevistadas atribuíram a condição aos seguintes fatores citados pela

---

<sup>1</sup> Dado que deve ser relativizado, pois embora haja 2 homens atuando como merendeiros nas escolas, um não estava presente exercendo a função no momento da pesquisa, e outro recusou-se a participar.

merendeira 2: “*Mulher gosta mais de cozinhar*”, “*Não faz falta a presença de um homem, mas é bom pois tem coisa que só homem faz pra gente, como mexer com coisas pesadas*”, complementado pela fala da merendeira 7 “*Temos um homem nos ajudando, seria bom se tivesse mais um, pois eles nos ajudam a carregar coisas pesadas, algumas coisas são mais fáceis para os homens fazerem*”

Neste contexto a obra *Sexo e temperamento* em 1976 já questionava acerca da divisão sexual do trabalho “Cozinhar o alimento cotidiano, trazer lenha e água, capinar e transportar - é trabalho feminino” (Mead, 1976 p. 61). Além disso explana também sobre as tarefas masculinas “cozinhar o alimento cerimonial, carregar porcos, toras pesadas, construir casas, costurar folhas de palmeiras, limpar e cercar, esculpir, caçar e cultivar inhames” (Mead, 1976 p. 61).

O que se observa é que mesmo após décadas ainda há construções sociais acerca do papel que cada gênero deve exercer, reiterado muitas vezes até pelas próprias mulheres ao afirmarem que existem tarefas as quais os homens não devem realizar, inclusive cozinhar, o que acaba por reforçar a separação de cargos por gênero (Tanajura, 2011).

Quanto à distribuição etária predominou a faixa compreendida entre 34 a 57 anos, cuja média foi de 48,25 anos. Dados semelhantes foram identificados pelo ministério do Trabalho e Emprego ao evidenciar que a ocupação de Cozinheiro Geral no ano de 2022 possuía um percentual de 77,06% de mulheres, e 22,94% de homens, com as faixas etárias de 40 a 64 anos sendo responsáveis por 57,5% das ocupações (PDET, 2023).

Em relação ao estado civil, 50% (n=4) eram casadas, 37,5% solteiras (n=3) e 12,5% (n=1) divorciadas. No que se refere à escolaridade os maiores percentuais foram ensino médio completo, e ensino fundamental representando 75% e 25% respectivamente do total da amostra. Quanto à raça/cor 62,5% se declararam pretas, 25% Pardas e 10% Brancas, esses dados corroboram com Miron et al., (2009) que indicam que o cargo em sua maioria é formado por mulheres mestiças ou negras com baixo nível de escolaridade, que muitas vezes exercem o cargo de chefe da família.

No que se refere à renda salarial 100% das merendeiras declararam renda salarial entre 1 a 3 salários mínimos, enquanto a média salarial de ocupação para Cozinheiro Geral no Brasil no ano de 2022 segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego é de R\$ 1904,60 com um total de 545.286 vínculos formais ativos (PDET, 2023).

As merendeiras que recebem entre 1 e 3 salários mínimos, sobretudo aquelas que são chefes de família, estão em um grupo economicamente vulnerável, sendo esta uma realidade que reflete a precarização do trabalho em funções historicamente ocupadas por mulheres, em sua maioria negras, no Brasil.

Há uma interseção entre raça, gênero e trabalho precarizado. Mulheres negras frequentemente ocupam postos de trabalho de baixa remuneração, em atividades relacionadas ao cuidado ou serviços essenciais, como o trabalho doméstico e a alimentação escolar, conforme o observado nas duas escolas visitadas. Essa desvalorização é fruto de heranças históricas de desigualdade racial e de gênero, que continuam a estruturar o mercado de trabalho, e perpetuar desigualdades estruturais no país.

Quanto ao local de trabalho e habitação no Sol Nascente/Pôr do Sol a maior parte da amostra 75% (n=3) afirmou morar na mesma região administrativa onde trabalha, sendo o percentual restante 25% (n=1) moradora da RA Ceilândia, adjacente ao Sol Nascente/Pôr do Sol. Já as merendeiras do Plano Piloto 100% (n=4) das entrevistadas moram em regiões distintas e distantes da localidade de trabalho.

O aumento do tempo de deslocamento para o trabalho pode refletir negativamente na qualidade do desempenho das funções e na saúde das merendeiras, ao contribuir para o aumento do cansaço físico e mental, e reduzir o tempo de descanso e lazer.

Sobre a adequação das condições de trabalho (materiais, ambiente e organização) e a presença de materiais de equipamento de proteção individual, 100% das entrevistadas afirmaram ter boas condições e equipamentos suficientes para a realização do trabalho, tendo como algumas

sugestões de melhoria o proposto pela merendeira 1: “*A localização da cantina, por conta de ter que carregar o carrinho, por ser mais longe às vezes fica pesado*”.

Em relação a valorização na profissão 100% das entrevistadas se sentem valorizadas na profissão, tendo como justificativa para a afirmação e junção das falas de algumas merendeiras, sendo elas merendeira 3: “Fui perguntada na parada de ônibus se fazíamos cursos para cozinhar e eu me achei o máximo”; já a merendeira 7 afirma: “Os chefes são maravilhosos, todos reconhecem o trabalho”, também houve concordância absoluta sobre a valorização, corroborada pelas falas das merendeiras 1 e 8 respectivamente: “*Somos muito elogiadas pelos nossos filhos, pelos alunos, pais, professores e chefes*”, “*Só pelas crianças falarem que o lanche está gostoso, já vale*” resultados semelhantes foram observados por Gomes e Fonseca (2018) que evidenciam a proximidade, e cuidado das merendeiras com os alunos, trazendo a afetividade e o reconhecimento externo como atuantes no processo de valorização das merendeiras.

A SEEDF visando promover e incentivar as merendeiras(os), lançou o concurso “Sabor de Escola: melhor receita da Alimentação Escolar do DF”, que premia as melhores receitas culinárias elaboradas por merendeiras(os) da rede pública de ensino do DF, desde que os mesmos utilizem os produtos presentes no Programa de Alimentação escolar do DF e de alimentos considerados Frutos do Cerrado (SEEDF, 2023).

Campanhas de incentivos são de extrema relevância para dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das merendeiras, e estimular a criatividade e incorporação de novas receitas que poderão fazer parte do cardápio, com isso reitera-se as merendeiras como parte integrante e fundamental da políticas públicas de alimentação escolar, o que fomenta o interesse de ocupação do cargo.

A fim de verificar o conhecimento das merendeiras acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar acerca da importância e aplicabilidade da teoria na prática, nesses quesitos 100% afirmaram conhecer o programa e sua importância, e verificam a aplicabilidade da teoria na prática, conforme explicita a merendeira 5 “*A escola cumpre com o esperado*” tendo também 100% de afirmação na entrevista que a escola promove uma alimentação saudável.

“A Educação Alimentar e Nutricional é conceituada como campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.” (BRASIL, 2012 p.23). É considerada uma estratégia primordial dentro das políticas de alimentação e nutrição em prol da promoção de práticas alimentares saudáveis.

Dessa forma, ressalta-se que o trabalho em EAN deve ser de natureza intersetorial e multidisciplinar, neste sentido requer processos de formação específica e permanente, e dentro da comunidade escolar destina-se aos gestores, coordenadores pedagógicos, professores, merendeiras, nutricionistas, produtores de alimentos em especial aos agricultores familiares.

Quanto à participação em atividades de educação nutricional com os alunos no Colégio 1 (100%) afirmaram que participam, e no colégio 2 100% afirmam não participarem de EAN com os alunos, mas participam de cursos oferecidos pela SEEDF. De acordo com o marco de referência em EAN é de suma importância que essas atividades ocorram de forma rotineira dentro do ambiente escolar (Brasil,2012).

O Guia Alimentar para a população brasileira estabelece em suas diretrizes ações em EAN e enfatiza que as estratégias de educação alimentar e nutricional devem apoiar indivíduos, famílias e comunidades na adoção de práticas alimentares promotoras da saúde (BRASIL, 2014).

A integração entre merendeiras e professores enriquece e amplia as possíveis temáticas de EAN a serem abordadas com os alunos, sendo uma excelente abordagem teórico-prática para além da sala de aula, promovendo um aprendizado contextualizado de questões como origem e desperdício de alimentos, cultura alimentar local, estímulo a alimentação saudável dentre outros.

Na visão das merendeiras a aceitação da merenda é boa, e o cardápio adequado, conforme enfatiza a merendeira 6: “*Há frutas, verduras, tudo natural*” citaram ainda que a preparação mais aceita pelos alunos no Colégio 1 é a Galinhada e o macarrão e a menos aceita Pão com Ovo, já no colégio 2 também aparece a Galinhada como preparação mais aceita, juntamente com macarrão acompanhado de

frango ou carne moída, já menos a aceita pelos alunos foi o cuscuz com ovo o que ratifica o estudo de Brincker (2019) que constatou a Galinhada como preparação mais aceita pelos alunos da educação pública básica do DF.

No que diz respeito a consulta sobre a montagem escolar do cardápio escolar, 100% das merendeiras afirmaram não participarem do processo, pois o cardápio é centralizado na Secretaria de Educação do DF cabendo às mesmas somente a execução das preparações conforme determina a responsável técnica.

Visto a desvalorização do cargo, e tendo as merendeiras contato com todas as etapas da preparação e até mesmo na distribuição das refeições, sugere-se ampliar o espaço de escuta e participação das merendeiras na elaboração dos cardápios e demais decisões que englobam o processo de alimentação escolar.

Quando questionadas sobre a adequação do cardápio à cultura alimentar local, houve total concordância sobre ser adequado, pois segundo as seguintes falas das merendeiras 3 e 7 respectivamente “*O que comemos aqui é parecido com o que se come em casa*”; “*São adequados e tem pratos típicos*”. Silva (2018) reitera a importância de inserir alimentos locais na alimentação escolar uma vez que tal ação ajuda a propagar e refletir o contexto cultural e social da realidade escolar, ajudando a incorporar também a produção local dos agricultores- produtores desses alimentos.

A percepção das merendeiras quanto à adequação do cardápio à cultura alimentar local está alinhada às diretrizes do PNAE, que preconiza o respeito aos hábitos alimentares regionais, conforme a Resolução nº 06/2020 (BRASIL, 2020). Essa aproximação entre a alimentação escolar e o contexto familiar favorece a aceitação das refeições e reforça o papel educativo da alimentação no ambiente escolar. Além disso, a valorização de alimentos locais contribui para o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis e territorializados, especialmente pela integração com a agricultura familiar (Lima et al., 2024). Assim, o cardápio escolar ultrapassa a dimensão nutricional, incorporando aspectos culturais e sociais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que, embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar se constitua como uma relevante política pública voltada à promoção da segurança alimentar e nutricional e à valorização da cultura alimentar local, ainda persiste uma lacuna no reconhecimento dos sujeitos que a operacionalizam cotidianamente. As merendeiras, ao atuarem diretamente na seleção, preparo e distribuição das refeições, desempenham papel central na efetivação das diretrizes do programa, especialmente no que se refere à promoção da alimentação adequada e saudável. No entanto, conforme discutido por Triches e Schneider (2010), esse protagonismo tende a ser invisibilizado, sendo frequentemente reduzido a uma função estritamente operacional, o que desconsidera os saberes práticos, culturais e territoriais construídos no cotidiano do trabalho.

Nesse sentido, reconhecer as merendeiras como agentes ativas na construção da alimentação escolar implica avançar na consolidação de uma política territorial mais participativa e inclusiva. A ampliação de sua participação nos espaços de decisão como na elaboração dos cardápios e na articulação com a produção local contribui para fortalecer a adequação cultural das refeições e a efetividade do próprio PNAE. De acordo com Belik e Souza (2009) e Schneider et al. (2016), a valorização dos atores locais é fundamental para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, evidenciando que o êxito das políticas públicas de alimentação depende diretamente do reconhecimento e da valorização daqueles que atuam na sua base cotidiana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do neoliberalismo traz fenômenos complexos interligados, como a descaracterização do ofício das merendeiras e sua segmentação e flexibilização ressaltados pelo aumento da desvalorização, extinção do cargo público e ampliação das terceirizações vão na contramão das diretrizes do PNAE, que preconizam a valorização e diversificação da cultura alimentar local e

saudável, bem como a importância e valorização de todos os profissionais envolvidos no âmbito do programa.

Ainda neste contexto reitera-se a ocupação majoritária do cargo por profissionais do sexo feminino, que ressalta a estigmatização da profissão atrelando o ato de cozinhar somente a mulheres, sugerem-se que sejam realizadas ações de incentivo a abrangência do cargo para profissionais do sexo masculino.

Não foi possível verificar as causas das variações observadas na diferença entre as merendeiras do Colégio 1 (Plano Piloto) e do Colégio 2 (Sol Nascente/Pôr do Sol) no que se refere a morar na mesma região administrativa onde se trabalha, uma vez que foram constatadas diferenças significativas, pois todas as merendeiras do Plano Piloto moram em RAs distintas, ao passo que as merendeiras do Sol Nascente/Pôr do Sol moram mais próximas ao local de trabalho.

O papel das merendeiras no PNAE dentro das escolas avaliadas foi considerado fundamental, pois além da manipulação dos alimentos e o preparo de refeições, há o contato direto com os alunos, o que demonstra efetiva participação no que concerne à influência na formação de hábitos alimentares saudáveis. A função educativa das merendeiras com relação a sua inserção nas ações de educação alimentar e nutricional devem ser estimuladas e valorizadas, tanto no contexto escolar, quanto na gestão participando nas decisões referentes ao PNAE.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/55995>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BELIK, Walter; SOUZA, Luciana Rosa de. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 33, p. 103-122, 2009.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: FNDE, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Material orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRINCKER, Bruna Elisa. Análise da aceitabilidade da alimentação escolar em escolas públicas do Distrito Federal. 2019. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) – Universidade

de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25621/1/2019\\_BrunaElisaBrincker\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25621/1/2019_BrunaElisaBrincker_tcc.pdf). Acesso em: 17 jun. 2024.

CARDILLO, Viviane Herculiani; GEMMA, Sandra Francisca Bezerra; FUENTES-ROJAS, Marta. Um olhar interdisciplinar sobre o trabalho das merendeiras terceirizadas de escolas estaduais do município de Campinas, SP. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000004819>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CUNHA, Cláudio Luiz Lucas da et al. Alimentação escolar: o papel das merendeiras na dinâmica das escolas de ensino fundamental I de Trindade-GO. 2021. 61 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação e Trabalho Docente) – Instituto Federal Goiano, Trindade, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Manual da alimentação escolar do Distrito Federal. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2010.

FERNANDES, Andréa Gomes de Souza; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da; SILVA, Aline Alves da. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 39-48, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014191.1711>. Acesso em: 17 set. 2023.

GOMES, Kelly dos Santos; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Dialogando sobre as possibilidades e desafios das merendeiras nas ações de educação alimentar e nutricional. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 13, n. 1, p. 55–68, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2018.31340>. Acesso em: 17 jun. 2024.

KERGOAT, Danièle. À propos des rapports sociaux de sexe. *Revue M*, n. 53-54, p. 16-20, abr./maio 1992. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345998/mod\\_resource/content/0/KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345998/mod_resource/content/0/KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.

KREIN, José Dari; CASTRO, Bárbara. As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12084.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LIMA, Khetully Joaquim Cipriano de et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar brasileira. *Revista Eixo, Brasília*, v. 13, n. 1, 2024.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MELGAÇO, Mariana Belloni. As merendeiras do DF: voz e silêncio no Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2021. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MELGAÇO, Mariana Belloni; MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 38, e34023, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469834023>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004.

MIRON, Viviane Rodrigues et al. Profissão merendeira: perfil profissional e condições socioeconômicas. *Disciplinarum Scientia*, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 87–95, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/953>. Acesso em: 17 jun. 2024.

OLTMANN, Shannon. Entrevistas qualitativas: uma discussão metodológica dos contextos do entrevistador e do entrevistado. *Fórum Qualitative Sozialforschung*, v. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17169/fqs-17.2.2551>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Representações sociais da alimentação escolar: quem é a merendeira? In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Rio Grande do Sul. Anais... Rio Grande do Sul, 2016. p. 1-16. Disponível em: [https://www.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461618840\\_ARQUIVO\\_textocompleto-PINHO.pdf](https://www.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461618840_ARQUIVO_textocompleto-PINHO.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.

PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO (PDET). Ministério do Trabalho. Guia Brasileiro de Ocupações. 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/guia-brasileiro-de-ocupacoes>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, Franciele Nascimento dos; CARNEIRO, Everton Nery. Percepção de estudantes e merendeiras do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre o comer na escola. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 29, e022040, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8670655>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SCHNEIDER, Sergio et al. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Alimentação escolar. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/sabor-de-escola/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Euleide Araújo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): qualidade da alimentação escolar no município de Lauro de Freitas – Bahia. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/978/1/2018\\_mono\\_euleidesilva.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/978/1/2018_mono_euleidesilva.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Gabriela Brito; MACHADO, Virgínia Campos; AMPARO-SANTOS, Lígia. Discutindo gênero e trabalho culinário a partir das experiências de cozinheiras escolares da cidade de Salvador (BA). *Revista Ingesta*, v. 1, n. 2, p. 241-242, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2596-3147.v1i2p241-242>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro. Acepções de merendeiras sobre o Programa Nacional de Alimentação. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11167/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Nut\\_Indira\\_Tanajura.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11167/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Nut_Indira_Tanajura.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

**Submetido:** 08/04/2026

**Preprint:** XX/XX/20XX

**Aprovado:** XX/XX/20XX

**Editor de seção:**

## **DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS**

Os dados que sustentam os resultados desta pesquisa não podem ser disponibilizados publicamente devido à necessidade de preservação da identidade dos participantes e ao cumprimento dos princípios do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

O manuscrito possui a seguinte Contribuição de autoria

Amanda Caroline de Jesus Costa – Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Recursos, Escrita: rascunho original.

Carla Guldani - Conceitualização, Análise Formal, Administração de Projetos, Escrita: revisão e edição.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.